

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GLAUTON FREITAS DOS SANTOS CUNHA

**A CONTABILIDADE COMO RECURSO DE GESTÃO PARA
TOMADA DE DECISÃO: UM ENFOQUE NAS MICROEMPRESAS
DO RAMO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DO BAIRRO ALTO
DA VITÓRIA EM POÇÕES BAHIA.**

Vitória da Conquista - BA,
2018

GLAUTON FREITAS DOS SANTOS CUNHA

**A CONTABILIDADE COMO RECURSO DE GESTÃO PARA
TOMADA DE DECISÃO: UM ENFOQUE NAS MICROEMPRESAS
DO RAMO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DO BAIRRO ALTO
DA VITÓRIA EM POÇÕES BAHIA.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Comercial.

Orientador: Prof. Antonio dos Santos

Vitória da Conquista - BA,
2018

C972c

Cunha, Glauton Freitas dos Santos

A contabilidade como recurso de gestão para tomada de decisão: um enfoque nas microempresas do ramo de materiais para construção do Bairro Alto, da Vitória em Poções Bahia./ Glauton Freitas dos Santos, 2018.
64f.

Orientador (a): Prof. Antônio dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referências. F. 59 - 64.

1. Teoria da Contabilidade. 2. Contabilidade - Gestão. 3. Microempresa. .

I. Cunha, Glauton Freitas dos Santos Cunha. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T.

CDD: 657

GLAUTON FREITAS DOS SANTOS CUNHA

**A CONTABILIDADE COMO RECURSO DE GESTÃO PARA TOMADA
DE DECISÃO: UM ENFOQUE NAS MICROEMPRESAS DO RAMO DE
MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DO BAIRRO ALTO DA VITÓRIA EM POÇÕES
BAHIA.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Comercial

Vitória da Conquista, ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Antonio dos Santos
Mestre em Contabilidade pela FVC
Professor da UESB – Orientador

Paulo Fernando de Oliveira Pires
Mestre em Contabilidade pela FVC
Professor da UESB

Carlos Alberto Góes de Carvalho
Mestre em Contabilidade pela FVC
Professor da UESB

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a Deus, por permitir à minha existência;

Ao meu filho (Glauton) e minhas filhas (Hévila e Emily) por serem minha inspiração,
que foram privados de minha presença, para estar em sala de aula;

A minha esposa Cristina, pela contribuição incondicional;

Aos meus pais, Zé Cunha e Eliziária, por serem meu porto seguro;

Aos meus irmãos: Hélder, Melca e Mave, pela ajuda prestada ao longo do curso;

Aos tios, tias, primos, primas, amigos e amigas que diretamente e/ou indiretamente
contribuíram para execução desta tarefa....

A todos os docentes que dia após dia transmitiram conhecimento;

À AEESP (Associação de transporte), porque sem ela, quase impossível essa
conquista;

RESUMO

A contabilidade comercial é uma importantíssima ferramenta de gestão a ser aplicada nas microempresas, do ramo de materiais para construção. Além do mais, é indispensável à institucionalização e desenvolvimento dos negócios, permitindo auxílio para tomada de decisão, possibilita controle de estoque, gestão financeira e planejamento das atividades empresariais. O presente trabalho conceitua microempresa, demonstra regime de tributação, e visa despertar, nos usuários da contabilidade, a importância de conhecer a contabilidade como recurso de gestão para tomada de decisão, nas microempresas do ramo de materiais para construção. Utilizou-se, para alcançar os objetivos, pesquisa descritiva e bibliográfica, onde a primeira descreve a percepção dos respondentes; e a segunda apresenta um referencial teórico focado na contabilidade como recurso de gestão para auxiliar a tomada de decisão nas microempresas, do ramo de materiais para construção, da cidade de Poções. Teve como instrumento para coleta de dados a aplicação de questionário, formado com perguntas fechadas. Respondido pelos microempresários, sendo que a análise foi de forma quantitativa. O resultado da pesquisa revelou que: as microempresas utilizam-se da contabilidade, apenas, para atender exigências burocráticas e apurar impostos a serem pagos. Confirmando a hipótese da pesquisa: acredita-se que os microempresários do ramo de materiais para construção do bairro Alto da Vitória do município de Poções Bahia, não possuem conhecimento que a contabilidade comercial dispõe de ferramentas que possam orientá-los na gestão empresarial para maximizar os lucros. Certamente, a utilização da contabilidade como recurso de gestão para auxiliar a tomada de decisão nas microempresas será uma ferramenta para evitar a descontinuidade empresarial.

Palavras-chave: Contabilidade. Gestão. Microempresa.

ABSTRACT

Commercial accounting is a very important management tool to be applied in micro-enterprises, in the field of construction materials. In addition, it is indispensable to the institutionalization and development of the business, to allow assistance for decision making, to enable stock control, financial management and business planning. The present work conceptualizes microenterprise, demonstrates taxation regime, and aims to awaken, in accounting users, the importance of knowing accounting as a management resource for decision making, in the microenterprises of the field of construction materials. To reach the objectives, descriptive and bibliographic research was used, where the first describes the perception of the respondents; and the second presents a theoretical reference focused on accounting as a management resource to assist the decision making in the microenterprises, in the field of construction materials, in the city of Potions; had as instrument for data collection the application of a questionnaire, formed with closed questions. Answered by microentrepreneurs, and the analysis was quantitative. The result of the research revealed that: micro-enterprises use accounting only to meet bureaucratic requirements and to calculate taxes to be paid. Confirming the research hypothesis: it is believed that microentrepreneurs in the construction industry in the Alto da Vitória neighborhood of the municipality of Poçoões Bahia do not have knowledge that commercial accounting has tools that can guide them in business management to maximize profits. Certainly, the use of accounting as a management resource to assist decision making in microenterprises will be a tool to avoid business discontinuity.

Keywords: Accounting. Management. Micro enterprise.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Taxa de sobrevivência das empresas do Brasil (2008 – 2012).	32
Gráfico 02 – Utilizam-se das Demonstrações Contábeis para Tomada de Decisão.	53
Gráfico 03 – Elaboram Fluxo de Caixa.	54
Gráfico 04 – Controle de Estoque.	54
Gráfico 05 – Empréstimos e Financiamentos.	55
Gráfico 06 – Planejamento Tributário.	56
Gráfico 07 – Não Procuraram e Nem Foram Orientados pelo Contador, para auxiliar na Tomada de Decisão.	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Estado da Arte da Temática.	23
Quadro 02 – Fluxo de Caixa	36

LISTA DE ABREVIATURAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMV	Custo Mercadorias Vendidas.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
CPP	Contribuição Previdenciária Patronal.
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CSLL	Contribuição sobre o Lucro Líquido.
DAS	Documento de Arrecadação do Simples.
ICMS	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializado.
IRPJ	Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica.
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
MPM	Média Ponderada Móvel.
NBCT	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica.
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PEPS	Primeiro que Entra, Primeiro que Sai.
PIS	Programa Integração Social
RCM	Resultado Com Mercadorias.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital.
UEPS	Último que Entra, Primeiro que Sai.
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	133
1.1 Tema.....	144
1.2 Problematização	144
1.2.1 Questão de pesquisa:	155
1.2.2 Questões secundárias.....	155
1.3 Objetivos.....	155
1.3.1 Objetivo Geral	155
1.3.2 Objetivos específicos:	166
1.4 Hipótese da Pesquisa	166
1.5 Justificativa	177
1.6 Resumo Metodológico	199
1.7 Visão Geral	20
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	211
2.1 Conceito De Microempresa	211
2.2 Estado da Arte	233
2.3 Marco Teórico.....	277
2.3.1 Conceito de Contabilidade	277
2.3.2 Conceito de Contabilidade Comercial	288
2.3.3 Contabilidade Comercial como ferramenta de auxílio para tomada de decisão, nas microempresas do ramo de materiais para construção.	299
2.3.4 Sobrevivência e Mortalidade das Microempresas.....	311
2.3.5 Fluxo de Caixa	366
2.3.6 Planificação Contábil.....	411
2.3.7 Gestão dos estoques.	433
2.3.8 Operações com mercadorias	455
2.3.9 Incidência dos impostos na compra e na venda	466

2.3.10 Escrituração contábil nas microempresas.....	488
3 METODOLOGIA.....	511
3.1 Tipo de pesquisa	511
3.2 Objeto da pesquisa.....	522
3.3 Instrumento de coleta de dados.....	522
4 RESULTADO DA ANÁLISE DOS DADOS.....	533
4.1 Utilização das Demonstrações Contábeis para Tomada de Decisão	544
4.2 Elaboração do Fluxo de Caixa.....	555
4.3 Controle de Estoques	555
4.4 Empréstimos e Financiamentos.....	566
4.5 Planejamento Tributário.....	566
4.6 Não procuraram e nem são orientados pelo contador, para auxiliarem na tomada de decisão.	577
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	588
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICE 01 - Questionário.....	644

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual, para manter-se e crescer-se, as microempresas devem estar aptas a competir. Diante disso, há necessidade de que cada organização esteja atenta às demandas mercadológicas. O conhecer o próprio negócio é aspecto fundamental para sua sobrevivência. O incremento de novas tecnologias, a complexidade do ambiente econômico e o nível de incerteza, no mercado, têm dificultado esse conhecimento e, conseqüentemente, a gestão dos negócios.

Sendo um instrumento valioso para a gestão empresarial, a contabilidade, é uma importante ferramenta que auxilia aos microempresários a tomarem decisões acertadas. Pois, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem de forma incondicional para adotar resoluções. Perceba-se que alguns microempresários, em sua maioria, não se utilizam das ferramentas contábeis para gerir seu negócio, e isso, tem favorecido a mortalidade precoce dessas microempresas.

Portanto, a contabilidade comercial vem assumindo um papel de grande relevância dentro das organizações, pois, consegue reunir todas as informações necessárias para auxiliar os empresários nas tomadas de decisão. E isso motivou a escolha do tema desta pesquisa que é: A Contabilidade como recurso de gestão para tomada de decisão: um enfoque nas microempresas do ramo de Materiais para construção do bairro Alto da Vitória em Poções Bahia.

Objetivando demonstrar a relevância da Contabilidade Comercial para gestão das microempresas, por constituir uma ferramenta que possibilita ao microempresário tomar as decisões corretas baseadas em informações fidedignas sobre a situação da empresa em determinado exercício.

Deste modo, a contabilidade comercial é um ramo da ciência contábil que possui mecanismos de revelar e fornecer informações úteis e fidedignas, que devem ser incorporadas no dia-a-dia da empresa, para tomada de decisão, para que as mesmas consigam resultados positivos.

Diante deste cenário, a contabilidade comercial e suas ferramentas são importantes para produzir informações contábeis capazes de reduzir custos e maximizar lucros. Assim, as microempresas terão de aplicar métodos e técnicas específicas, para possibilitar uma gestão de qualidade e serem capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

Acredita-se na grande relevância social deste trabalho, pois apresentará fundamental importância para os usuários de contabilidade, em especial, aos microempresários do ramo de materiais para construção, no sentido de orientá-los a tomar decisões que os beneficiem em resultados positivos, evitando a descontinuidade da empresa, aumentando a distribuição de renda e a geração de empregos. Além disso, destaca a importância profissional, como forma de incentivar aos contabilistas a convencer seus clientes (microempresário) a utilizarem das demonstrações contábeis como meios de gerir corretamente suas entidades.

Contudo, a satisfação do pesquisador na realização do trabalho se deu pelo seguinte fato: a publicação dos resultados encontrados da pesquisa, em que demonstra que a contabilidade comercial é indispensável para gestão empresarial, de qualquer porte ou regime de tributação, porém, conforme demonstra a pesquisa, os empresários não tomam grande parte das decisões fundamentadas nas demonstrações contábeis.

1.1 Tema

A relevância da contabilidade comercial para as microempresas do ramo de Materiais para construção do bairro Alto da Vitória, Poções Bahia.

1.2 Problematização

Este estudo analisa o papel da contabilidade nos procedimentos utilizados para tomada de decisão nas microempresas. Especialmente, o uso da contabilidade

comercial como ferramenta para melhorar o desempenho das microempresas de Materiais para construção. Considerando que a mesma funciona como instrumento direcionador das organizações, no que diz respeito a sua gestão. Portanto, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: “Por que a utilização da contabilidade comercial é fundamental para auxiliar a tomada de decisão na gestão das microempresas de materiais para construção do bairro Alto da Vitória em Poções Bahia”?

Objetivando o auxílio aos microempresários na gestão empresarial e fornecendo informações consistentes que possam tornar a microempresa autossustentável. Neste cenário, esta ciência, surge como alternativa para gerenciar as decisões em busca de melhores resultados.

1.2.1 Questão de pesquisa:

Por que a utilização da contabilidade comercial é fundamental para auxiliar a tomada de decisão na gestão das microempresas de materiais para construção do bairro Alto da Vitória em Poções Bahia?

1.2.2 Questões secundárias

- a) Qual a importância da contabilidade para o sucesso empresarial?
- b) Será que o microempresário utiliza-se das informações contábeis para tomada de decisão?
- c) Como a Contabilidade Comercial deve ser realizada para atender ao microempresário, do ramo de materiais para construção?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar se o uso e a importância da contabilidade comercial como instrumento fundamental para melhoria no desempenho empresarial nas microempresas de matérias para construção no baixo Alto da Vitória em Poções-BA.

1.3.2 Objetivos específicos:

- Analisar e refletir a importância da contabilidade comercial como instrumento fundamental no desempenho empresarial na busca dos melhores resultados;
- Conceituar microempresa, regime de tributação, suas aplicações e utilidades;
- Descrever os livros contábeis das microempresas conforme legislação atual;
- Entender a contabilidade como característica essencial para gestão empresarial;
- Apresentar a contabilidade comercial como mecanismo para melhoria dos resultados das microempresas;
- Ilustrar as informações contábeis das microempresas como mecanismo para obtenção de capital de giro;
- Reconhecer as Demonstrações Contábeis das microempresas como instrumento de gestão;
- Relatar a importância do planejamento do fluxo de caixa para as microempresas, através da contabilidade comercial;

1.4 Hipótese da Pesquisa

Para Gil (2010), por hipótese entende-se uma suposição ou explicação provisória do problema. Essa hipótese, que em sua forma mais simples consiste numa expressão verbal que pode ser definida como verdadeira ou falsa, deve ser submetida a teste. Entretanto, para Marconi e Lakatos (2003, p. 130), pode-se considerar a hipótese como:

[...] um enunciado geral de relações entre variáveis (fatos, fenômenos) formuladas como solução provisória para determinado problema, apresentando caráter explicativo ou preditivo, compatível com o conhecimento científico (coerência externa) e revelando consistência lógica (coerência interna), sendo passível de verificação empírica em suas consequências.

Neste diapasão, a hipótese que norteará esta pesquisa é: os microempresários do ramo de materiais para construção do bairro Alto da Vitória do município de Poções Bahia, não possuem conhecimento que a contabilidade comercial dispõe de ferramentas que possam orientá-los na gestão empresarial para maximizar os lucros.

1.5 Justificativa

A utilização da Contabilidade Comercial como instrumento de gestão de uma microempresa no segmento de materiais para construção em Poções Bahia representa uma importante pesquisa, devido às microempresas, tanto no aspecto econômico quanto no aspecto social. Bem como revelar a ausência ou a aplicação imprópria de técnicas de gestão, e tornar importante o debate sobre o uso das ferramentas disponibilizadas pela Contabilidade Comercial como apoio à tomada de decisões para direcionar o empresário, por meio de informações contábeis, para que a empresa torne-se autossustentável.

O presente trabalho procurou identificar a existência da utilização de método e técnicas contábeis, aprendidos durante o curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, aplicáveis como instrumento de auxílio para tomada de decisões nas microempresas. Considerando que os resultados obtidos poderão contribuir para os cursos de Ciências Contábeis, para os proprietários e/ou gestores das microempresas do ramo de materiais para construção. Pois, trará consigo contribuições ao conhecimento científico, aos estudantes dos cursos de ciências contábeis; aos empresários, gestores e a própria contabilidade comercial que será apresentada como instrumento capaz de auxiliar na gestão empresarial. Também, muito importante para os empresários do ramo de materiais para construção, quanto para seus usuários em geral, diante do

conhecimento dos empresários sobre Contabilidade Comercial e suas ferramentas de auxílio à gestão, na qual permitirá a microempresa obter conhecimento técnico em suas decisões para alcançar resultados positivos e determinar gastos e despesas necessárias dos insumos que envolvem os processos: administrativos e comercial. Destinando-se de maneira correta a compra de produtos de maior demanda e melhor aplicação dos lucros.

Outra importante contribuição desta pesquisa é a utilização da Contabilidade Comercial nas microempresas do ramo de materiais para construção, para redução de estoques de mercadorias desnecessários ou menos vendida, e aumentando a possibilidade de enfrentar seus concorrentes. Em Poções, percebe-se que as microempresas do ramo de materiais para construção, em sua maioria, são empresas familiares, quase sempre com poucos conhecimentos específicos e técnicos.

A pesquisa destaca-se por ser inédita e o único estudo realizado em microempresa do ramo de materiais para construção, no bairro Alto da Vitória do município de Poções Bahia.

As microempresas do ramo de materiais para construção são muitos importantes por gerar emprego e renda, e quando bem gerida e orientada pelo profissional contábil, utilizando-se de ferramentas que auxiliie sua gestão, permitirá seu desenvolvimento empresarial, para uma empresa de maior porte. E, inclusive, estará contribuindo diretamente para o progresso social.

Para a escolha do tema, foi analisada a importância da Contabilidade Comercial para os microempresários aplicarem na gerência das suas respectivas empresas e as tornarem competitivas e lucrativas. Destaca-se que, para a existência e permanência das microempresas é necessário que os microempresários estejam atentos a fatores externos (leis, concorrentes) e fatores internos (funcionários), pois influenciam diretamente a organização.

Portanto, acredita-se que este trabalho com o tema, Contabilidade Comercial, evidencia informações contábeis capazes de gerenciar de forma eficaz as microempresas do ramo de materiais para construção através de seus métodos e suas técnicas contábeis, como ferramenta de gestão para maximizar os lucros.

1.6 Resumo Metodológico

A pesquisa bibliográfica e a coleta de dados serão as estratégias utilizadas de base para sustentar os dizeres do pesquisador, por serem meios usados a alcançar a resolução de debates em discursão. De acordo com Vergara (2007, p.48), a pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Para Gil (2010, p. 30), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Considerando este estudo como uma pesquisa científica, ele deverá seguir uma metodologia para alcançar as respostas do problema em questão. Metodologia é o tópico do projeto de pesquisa que abrange maior número de itens, pois, responde às seguintes questões: Como? Com quê? Onde? Quanto? (MARCONI e LAKATOS 2003).

Segundo Gil (2010, p. 28), as pesquisas explicativas têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. Assim sendo, com finalidade de responder aos objetivos fundamentais da pesquisa, neste estudo se adotará a abordagem quantitativa, avaliando ser a forma mais correta para responder às indagações desta investigação e de acordo com Oliveira (1999, p. 115):

A abordagem quantitativa significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, assim como também, com o emprego de recursos técnicas estatísticas, desde as mais simples, como porcentagem, média mediana e desvio padrão, até as de uso mais complexo, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.

A pesquisa de campo é uma fase que é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados. (MARCONI e LAKATOS, 2003).

1.7 Visão Geral

Esta pesquisa ficou estruturada da seguinte forma: 1 Introdução; 2 Referencial Teórico, onde se encontra o Marco Conceitual, o Estado da Arte e o Marco Teórico, como tópicos tem os seguintes subtítulos: Conceito de Microempresa; Conceito de Contabilidade; Conceito de Contabilidade Comercial; Contabilidade Comercial como ferramenta de auxílio para tomada de decisão, nas microempresas do ramo de materiais para construção; Sobrevivência e mortalidade das microempresas; Comportamento empreendedor; Evitar a extinção das microempresas; Fluxo de Caixa; Relevância do fluxo de caixa; Planificação Contábil; Gestão dos estoques; Operações com mercadorias; Incidência dos impostos na compra e na venda; Escrituração contábil nas microempresas. E, em seguida, apresenta-se: 3 Metodologia, 4 Análise dos dados e, 5 Considerações finais.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Este capítulo é constituído por três tópicos: Marco Conceitual, que trata dos principais termos que faz parte deste trabalho; o Estado da Arte, no qual se apresenta os fundamentais trabalhos que nortearam a pesquisa; e o Marco Teórico, onde-se localiza todas as subdivisões teóricas, usadas para maior estudo do tema.

2.1 Conceito De Microempresa

No Brasil, consideram - se como microempresa as pessoas jurídicas que tenham até dez empregados, aufera, no exercício financeiro, receita bruta igual ou inferior a trezentos e sessenta mil reais (R\$ 360.000,00), e que geralmente os proprietários (microempresários) contribua para a mesma, com seu próprio trabalho. Em matéria do Direito, a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu inciso I, art. 3º, define microempresa como:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). (BRASIL, 2006)

Diante disso, Iudicibus e Marrion (2010) ao mencionarem as características fundamentais para microempresa, afirmam que essas entidades societárias podem optar pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos – Simples Nacional, que consiste no recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ; Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; IV - Contribuição para o

Financiamento da Seguridade Social – COFINS; V - Contribuição para o PIS/PASEP; VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social; VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS; VIII - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS. Conforme estabelece o art. 13º, da Lei Complementar 123.

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;

VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Para Marion (2006) as microempresas têm vantagens, como: ter uma carga tributária reduzida e unificada – pagamento em uma única guia tributária, conhecida como Documento de Arrecadação do Simples – DAS; com existência de anexos, e cada um com alíquotas diferentes, para cada ramo de atividade; possuir apenas um único identificador da empresa, o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ; e, também, estar enquadrada num processo burocrático menos complexo, que pode parcelar débitos tributários junto a Receita Federal. Outra grande vantagem da microempresa é a facilidade da contabilização, pois está desobrigada a apresentar o SPED.

Além disso, não precisam de Certidões Negativas para fazer alterações contratuais. Para tanto, é necessário destacar que empresário é aquele que exerça profissionalmente atividades econômicas, conforme Art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de

serviços” (BRASIL, 2002). Assim sendo, empresário é aquele indivíduo capaz de gerir seu negócio, com objetivo de prosperar e gerar lucros. (BRASIL, 2006).

2.2 Estado da Arte

Quadro 01 – Estado da Arte

Tipo	Título	Autores	Ano	Instituição	Ideia Principal	Lugar	Último acesso
Livro	Estratégia para a Pequena e Média Empresa	Belmiro Valverde Jobim de Castor	2009	Atlas	A existência de estratégias bem concebidas e bem executadas é imprescindível. Abordando quatro capacidades estratégicas, sob ótica das pequenas empresas, as quais compõem a quase totalidade das corporações, não só do Brasil, como também de todos os demais países.		
Livro	Manual de Procedimentos Contábeis Para Micro e Pequenas Empresas	Daniel Salgueiro da Silva; José Antonio de Godoy; José Xavier Cunha;	2002	Conselho Federal de Contabilidade – CFC; Serviço de Apoio às Micros e Pequenas	A sobrevivência de uma empresa nos dias de hoje está relacionada à capacidade de antever cenários adversos ou favoráveis e realizar mudanças rápidas de rumo para se adaptar à nova realidade. Nessas circunstâncias, a		

				Empresas	escrituração contábil é fundamental para orientar o gestor nas decisões que precisam ser tomadas. O Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas tem como objetivo, acima de tudo, conscientizar os interessados no assunto quanto à importância da Contabilidade para as empresas em geral, independente do seu tamanho ou da forma de tributação a que estejam sujeitas. Às micro e pequenas empresas é facultada, pela Lei nº 9.317/96, a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (Simples)		
--	--	--	--	----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Livro	Como Projetos Pesquisa	Elaborar de	Antônio Carlos Gil	2010	Atlas	Apresenta aos iniciantes, de maneira simples e acessível, os elementos necessários para elaboração do projetos de pesquisa. Também, para garantir o profissional de pesquisa, bem como aos estudantes dos níveis mais avançados, inclusive dos cursos de pós-graduação, condições para a organização de conhecimentos dispersos. O livro é de caráter eminentemente prático.		
-------	------------------------------	----------------	-----------------------	------	-------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

2.3 Marco Teórico

2.3.1 Conceito de Contabilidade

Diante da enorme concorrência entre as empresas, as organizações empresariais precisam estar atentas às exigências de mercado, sendo obrigatório o conhecimento da atividade empresarial como ponto essencial para sua sobrevivência. Fatores internos e externos influenciam diretamente nas organizações, essa complexidade do ambiente econômico têm dificultado esse conhecimento e a gestão empresarial. Conforme Marion (2006, p. 01):

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisão. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumariando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisão.

Com isso, a Contabilidade vem ganhando destaque nas empresas, por mensurar informações importantes para gerenciar os negócios. Sendo assim, Franco (1997) diz que a contabilidade é a ciência que estuda os acontecimentos financeiros e econômicos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição de seus bens, direitos e suas obrigações, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Por ser a linguagem dos negócios, a Contabilidade possibilita aos gestores a tomada de decisões baseadas nas informações contábeis ocorridas no período. Segundo Sá (1998, p. 42), “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia das células sociais”. Já Ludícibus (2009, p. 10), conceitua a Contabilidade “como o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação”.

Para garantir seu controle e fornecer aos usuários da Contabilidade informações necessárias à ação administrativa, bem como aos proprietários do patrimônio, as informações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pelas organizações para alcançar seus objetivos precisam ser bem explicitadas pelos profissionais da Contabilidade. Jacinto (1990, p. 26) conceitua a “Contabilidade como o estudo do patrimônio, suas variações, pelos efeitos das atividades desenvolvidas pela empresa”.

De acordo Crepaldi (1995, p. 24):

A contabilidade é um dos principais sistemas de controle e informação das empresas. Com a análise do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como: análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, os bancos, as financeiras, aos clientes, etc.

Neste contexto, Marion (2004, p. 26) afirma que: “A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações uteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões”.

2.3.2 Conceito de Contabilidade Comercial

A contabilidade comercial mede o patrimônio comercial, ou seja, conjunto de bens, direitos e obrigações da entidade. Se aplicada de forma correta pode controlar o patrimônio da empresa e revelar informações sobre sua situação econômico-financeiras e suas variações mercadológicas.

Segundo Ribeiro (2003, p. 30), “Contabilidade Comercial é um ramo da Contabilidade que permite controlar a movimentação do Patrimônio das empresas comerciais”. Nesse diapasão, Franco (1997) diz que a contabilidade comercial é o ramo da Contabilidade aplicado, sobre tudo, ao estudo e ao controle do patrimônio das empresas comerciais, com fim de oferecer informações sobre sua composição e suas variações, bem como sobre o resultado decorrente da atividade mercantil.

Segundo Marion (2006) a Contabilidade Comercial é o ramo da contabilidade que estuda os bens, direitos e obrigações das empresas que tem suas atividades comerciais divididas em atacado ou varejo, em vários ramos de atuação.

2.3.3 Contabilidade Comercial como ferramenta de auxílio para tomada de decisão, nas microempresas do ramo de materiais para construção.

Destaca-se pelo fato de registrar todas as transações empresariais, formar um grande banco de dados. E esses dados são fatos contábeis que devem ser agrupados de forma estruturada tecnicamente para que gerem informações úteis, relevantes e representem um instrumento gerencial no processo decisório da microempresa.

Diz Marion (2009, p. 29):

Evidentemente, os gerentes (administradores) não são os únicos que se utilizam da Contabilidade. Os investidores (sócios ou acionistas), ou seja, aqueles que aplicam dinheiro na empresa estão interessados basicamente em obter lucro, por isso se utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável; os fornecedores de mercadoria a prazo querem saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas; os bancos, por sua vez, emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamento; o governo quer saber quanto de impostos foi gerados para os cofres públicos; outros interessados desejam conhecer melhor a situação da empresa: os empregados, os sindicatos, os concorrentes, etc.

Dessa forma, o gestor, após conhecer as informações contábeis, consegue vislumbrar as melhores condições de avaliar o empreendimento, podendo fazer provisões futuras. Através de um planejamento das atividades, avaliando diversos cenários e/ou situações que poderá aumentar o sucesso organizacional.

Figueiredo e Caggiano (2008, p. 17) definem o processo de tomada de decisão como “uma sequência lógica de etapas que expressam a racionalidade com a qual os gestores buscam soluções ótimas para os problemas da empresa”, e Chiavenato (2000, p. 348), acrescenta que, tomada de decisão é o “processo de análise e escolha entre as alternativas disponíveis de cursos de ação que a pessoa deverá seguir”.

Para Buffett e Clark (2010), a análise financeira revela detalhes de uma empresa que podem ajudar o investidor a tomar decisões que mudarão para sempre o seu destino. Investir na empresa certa deve ser uma decisão muito bem fundamentada e somente demonstrações financeiras fidedignas revelam isso.

Segundo Buffet (2010, p. 23):

É por meio das demonstrações financeiras que Buffett garimpa empresas com uma vantagem competitiva durável. São elas que lhe informam se ele está analisando uma companhia medíocre, sempre atolada em resultados ruins, ou uma organização que tem uma vantagem competitiva durável e vai torná-lo riquíssimo.

Contudo, para Marion (2006) as decisões decorrem das informações apuradas pela contabilidade comercial, não estão restritas apenas aos limites das empresas, e aos usuários da contabilidade, mas também a seguimentos, como: Investidores; Fornecedores; Governo; Sindicatos, e outros interessados.

Sendo assim, as microempresas que pretendem permanecer no mercado e competitivas devem estar atentas à transformação ocorrida no ambiente interno e externo, que influenciam aos gestores adotarem medidas para sua sobrevivência, e a elaboração das demonstrações fornecerá informações fidedignas a todos os usuários. De acordo Silva (2010, p.27)

Vários os usuários das demonstrações contábeis, bem como as informações provenientes da Contabilidade. A análise financeira organiza as informações contábeis e agrega outras informações relevantes para auxiliar os usuários na avaliação, tomada de decisões e na orientação de suas ações, visando suprir cada usuário com o conjunto de informações que melhor atenda às necessidades.

Silva (2008) assinala que a contabilidade concretizou-se importante e forte aliada das microempresas, e as decisões tomadas pelas empresas, tais como: decisão de investir, de reduzir custos, ou de realizar outros atos gerenciais precisa ser baseada em dados técnicos extraídos dos registros contábeis, como as demonstrações contábeis (o Balanço patrimonial), caso contrário, o patrimônio da empresa estará em risco. E, apenas, a contabilidade oferece informações fidedignas, que permitem atender a essas necessidades, pois assim, podemos admitir que em um sistema empresarial seus resultados proceda de uma série de fatores e/ou conjunto de ações, que para realizarem eficazes, os microempresários,

precisam produzir resultados e estes decorrem de suas próprias ações. No entanto, essas ações devem estar amparadas de um sistema de informações contábeis, gerada pela contabilidade comercial.

Para Nakagawa (1993), os microempresários devem tomar decisões através da abordagem sistêmica, não apenas observando fatos isolados, mas em todo um contexto de diversos conjuntos de partes e eventos que integram dinamicamente, e diariamente, entre si.

Segundo Castor (2009), decisões estratégicas devem ser de conhecimento e divulgação restritos e, portanto deve ser estabelecido claramente quem deve saber a respeito delas. Muitas entidades, preocupadas em aumentar o envolvimento de seus funcionários com as decisões estratégicas, se esmeram em divulgá-las e discuti-las com um grande número de funcionários e colaboradores. Embora esse envolvimento seja necessário, é preciso ser cauteloso na divulgação e discussão interna das estratégias, porque um de seus fatores de sucesso é exatamente a surpresa.

2.3.4 Sobrevivência e Mortalidade das Microempresas

As microempresas tem grande relevância para o País, pois possuem papel importante na diminuição das desigualdades sociais entre indivíduos e regiões, mas elas têm enormes dificuldades para operarem e se manterem em atividades.

Conforme afirma Lacombe (2003), o empreendedorismo ainda enfrenta grandes dificuldades, como a falta da intervenção do Estado, com políticas governamentais que incentivem a criação e permanência dessas empresas no mercado; e as altas taxas tributárias que levam muitas delas a decretarem falência ainda nos primeiros anos de funcionamento.

Chiavenato (2004, p. 35) afirma que:

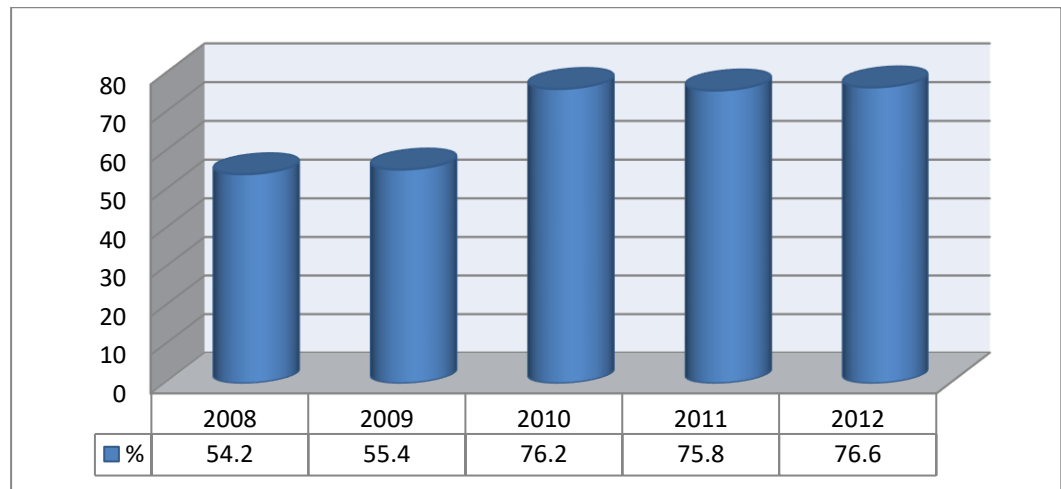
As organizações estão à procura de pessoas capazes de conduzi-las, de resolver seus problemas, gerar novas ideias e caminhos, criar novos produtos e serviços, buscar novos meios de satisfazer ao cliente e,

sobretudo, torna-las competitivas diante dos concorrentes. Em outras palavras, as organizações procuram pessoas com espírito empreendedor.

Contudo, as microempresas, mesmo exercendo papel de ampla relevância socioeconômica, apresentam alta taxa de mortalidade pouco tempo depois de iniciarem suas atividades, gerando prejuízos à nação. E, geralmente, essas microempresas extinguem suas atividades devido a alguns fatores, tais como: falta de planejamento; problemas estruturais e econômicos; e ausência de programas de governo.

Para Chiavenato (2004) o planejamento é um processo dinâmico e constituído de seis passos: definir objetivos; verificar qual a situação atual em relação aos objetivos; desenvolver premissas quanto às condições futuras; analisar as alternativas de ação; escolher um curso de ação entre as várias alternativas; e implantar o plano de avaliar os resultados. Segundo o referido autor, diversos cuidados devem ser observados no momento da abertura do novo negócio, tais como: identificar adequadamente seu tipo de negócio, saber administrar o andamento das operações, conhecer mercado, dentre outras informações essenciais e aos aspectos legais, para que a empresa permaneça operando.

As estatísticas revelam que a maioria das microempresas não sobrevive após cinco anos de existência, e as causas de falência estão, principalmente, relacionadas a fatores ambientais e gerenciais. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE, em estudo realizado, tendo como base as empresas constituídas em 2012 e as informações sobre estas empresas disponíveis na Secretaria da Receita Federal – SRF, até 2014, revela que a taxa de sobrevivência das empresas até o segundo ano de funcionamento foi de 76,6% (gráfico 01). Sendo a maior taxa de sobrevivência para as empresas criadas a partir de 2008 até 2012.

Gráfico 01 - Taxa de sobrevivência das empresas do Brasil (2008-2012).

Fonte: SEBRAE (2016).

Diante disso, podemos observar que o ciclo de vida das empresas, em 2012, foi de 23,4% tendo uma redução de 45,8%, em 2008 (gráfico 01). O SEBRAE (2016) aponta como possíveis causas de fracasso das empresas, nos primeiros anos de vida. Os fatores responsáveis pela mortalidade das empresas estão relacionados ao ambiente onde a empresa atua e a ação do empreendedor.

Sendo assim, o SEBRAE (2016) cita como fatores contribuintes para a sobrevivência/mortalidade das empresas: situação antes da abertura (tipo de ocupação do empresário, experiência no ramo, motivação para abrir o negócio); planejamento do negócio; gestão dos negócios; e capacitação dos donos em gestão empresarial.

Contudo, destaca-se que entre 2008 e 2012, o país passava por um período econômico positivo, e as empresas beneficiaram-se de uma série de aspectos favoráveis, presentes no conjunto do período compreendido entre 2008 e 2014, o que ajuda a explicar o aumento da taxa de sobrevivência das empresas neste período.

2.3.4.1 Comportamento empreendedor.

Outro motivo para as microempresas não durarem, se dá devido aos empreendedores não se comportarem como tais. De acordo o SEBRAE, é importante que o empreendedor na sua busca pela permanência e sucesso se antecipe aos fatos, sempre busque informações, persista nos objetivos, desenvolva plano de ações para alcançar seus objetivos e intensifique contato com outras empresas, bancos e o governo. Além disso, cabe ao empreendedor desenvolver o relacionamento interpessoal, adotando um modelo de gestão capaz de gerar benefícios econômicos futuros.

Nestas condições, Nakagawa (1993, p. 42) diz que: “modelo de gestão está ligado a uma empresa como sistema aberto com múltiplas finalidades que, de um lado, interage com seu ambiente externo extremamente dinâmico, e de outro lado, mantém vários subsistemas operacionais interagindo dinamicamente”.

Além do mais, é preciso que o empreendedor/microempresário tenha um diagnóstico estratégico que leve em consideração os fatores políticos, econômicos, ambientais, socioculturais, tecnológicos e análise das tendências de mercado. A habilidade na observância desses aspectos podem se transformar em uma importantíssima ferramenta para analisar e entender problemas e situações que evitem a morte precoce das empresas. Com isso, Castor (2009, p. 43) afirma sobre diagnóstico estratégico: “no processo de administração estratégica de uma empresa é entender o mais corretamente possível os problemas ou as situações estratégicas com que ela está em contato ou que está enfrentando”.

2.3.4.2 Evitar a extinção das microempresas

O planejar é olhar adiante, enxergar o amanhã e o que deve ser feito, antecipando-se aos problemas, com os relatórios contábeis é possível que o empresário possa fazer seu planejamento. Para Chiavenato (2004, p. 192) “planejamento é a função administrativa que define objetivos e decide sobre os recursos e tarefas necessários para alcançá-los adequadamente”, sendo importante instrumento de tomada de decisão.

Diante disso, para que essas empresas continuem exercendo suas funções é necessário identificar as falhas responsáveis pela sua mortalidade precoce. Diariamente, podem-se enumerar vários desses erros administrativos cometidos pelos microempresários no processo de criação e gestão de seus negócios, como: a ausência de um comportamento empreendedor e a falta de planejamento.

Para que uma empresa obtenha êxito, é fundamental que antes de abri-la se faça um estudo de todos os aspectos do negócio, como: localização, concorrência, público-alvo, custos fixos e variáveis, ou seja, é necessário ter domínio de conhecimentos sobre aquilo que se quer empreender (DEGEN, 2005).

Sobre planejamento Natagawa (1993, p. 48) afirma que é:

[...] o ato de tomar decisões por antecipações à ocorrência de eventos reais, e isto envolve a escolha de uma entre várias alternativas de ações possíveis, que os gerentes podem formular no contexto de diversos cenários prováveis do futuro.

Neste sentido, Chiavenato (2008, p. 15) afirma que "nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e os perigos não faltam". Com isso, é preciso criar uma cultura de estratégias na Empresa, esse será um fator de grande relevância para a organização, embora, seja o mais complicado. Isso, porque toda mudança de procedimentos mexe com o equilíbrio interno, tirando seus colaboradores da zona de conforto, obrigando-os a pensar e criar uma advertência para a estrutura da direção. Para Castor (2009, p. 116):

A resistência à mudança é uma das síndromes organizacionais mais frequentes e mais estudadas em empresas de todo mundo. Existe uma farta literatura a respeito que não é necessário rever aqui. Mas, é útil discutir alguns aspectos, por assim dizer, *políticos* da implantação e operação de um sistema de administração estratégica, pois, independentemente de sua qualidade conceitual, um sistema de administração estratégica não sobreviverá a não ser que seja culturalmente absorvido pela empresa e pelos seus membros.

Para o referido autor, as empresas cometem um erro primário quando negligenciam e não ouvem os seus membros, sendo estes os atores que estão em contato direto com a realidade da produção, da distribuição, da venda, da logística, e da concorrência. Contudo, para manter-se em atividade operacional o empresário tem a obrigação de entender a essência do processo de estratégia, que está ligado

na capacidade de entender os problemas que se estão enfrentando, as situações que estão vivendo e não apenas em coletar uma montanha de informação.

Entretanto, para evitar a descontinuidade empresarial é preciso aplicar e administrar um sistema de recursos capazes de produzirem métodos e processos de gestão que impactam mudanças na qualidade dos produtos oferecidos.

2.3.5 Fluxo de Caixa

Dentro do ambiente econômico e altamente competitivo, as microempresas, necessitam cada vez mais de ferramentas de planejamento para gestão financeira capaz de produzir informações para projetar períodos futuros, todas as entradas e as saídas de recursos financeiros das organizações, indicando como será o saldo de caixa para o período planejado.

Afirma Zdanowicz (2000, p.16) que:

fluxo de caixa é o instrumento que permite demonstrar as operações financeiras que serão realizadas pela empresa, facilitando a análise e a decisão de comprometer os recursos financeiros, de relacionar as linhas de crédito menos onerosas, de determinar o quanto a organização dispõe de capitais próprios, bem como utilizar as disponibilidades da melhor forma possível.

Com essas informações, o microempresário tem como preparar a estrutura gerencial de resultados, calcular a rentabilidade dos lucros, o ponto de equilíbrio e o prazo de retorno do investimento. Também, possibilita avaliar a saúde financeira da atividade econômica, e deve ser analisado para controle, e principalmente, como instrumento de tomada para decisões. E, assim, José Eduardo Zdanowicz (2001) conceitua o Fluxo de Caixa como sendo o instrumento que relaciona o conjunto de ingressos e desembolsos de recursos financeiros pela empresa em determinado período. Para Sá (2012, pág. 11), fluxo de caixa é o: “[...] método de captura e registro dos fatos e valores que provoquem alterações no saldo de caixa e sua apresentação em relatórios estruturados, de forma a permitir sua compreensão e análise [...]”.

Quadro 02. Fluxo de Caixa

Saldo inicial	R\$	880.000,00
<i>Mais</i>		
Entradas	R\$	1.750.000,00
Recebidos de Clientes	R\$	1.500.000,00
Entradas Financeiras	R\$	250.000,00
Saídas		
	-R\$	1.870.000,00
Saídas Administrativas	-R\$	70.000,00
Saídas Comerciais	-R\$	350.000,00
Folhas, encargos e benefícios	-R\$	175.000,00
Serviços de terceiros	-R\$	50.000,00
Impostos e taxas	-R\$	125.000,00
Saídas Financeiras	-R\$	850.000,00
Saídas Patrimoniais	-R\$	250.000,00
Saldo Final	R\$	760.000,00

Elaboração: (SÁ, 2012, p. 20).

Contudo, a implantação do Fluxo de caixa, como um dos instrumentos de gestão financeira, o microempresário, poderá obter informações fidedignas à tomada de decisão e conseguir resultados favoráveis em curto prazo. Além do mais, esta importantíssima ferramenta administrativa, através de seus registros contábeis, permitirá avaliar a capacidade de financiamento e do seu capital de giro, também, possibilitará ao microempresário conhecer a capacidade de expansão do seu negócio, e ainda, analisar se será necessário financiamentos ou terá recursos próprios.

Conforme Silva (2005, p. 45):

[...] a demonstração do fluxo de caixa permite avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocam as mudanças da situação financeira das empresas, as formas de aplicação do lucro gerado pelas operações e até mesmo os motivos das eventuais variações do capital de giro.

Ainda sobre fluxo de caixa, Tofoli (2008, p. 69) afirma que, “[...] é um instrumento (planilha) pelo qual são planejadas as entradas e as saídas de dinheiro do caixa da empresa. Funciona como uma agenda sofisticada onde são registrados todos os recebimentos esperados e pagamentos programados, num certo período”.

Sendo assim, o fluxo de caixa torna-se uma importante ferramenta de controle de entrada e saída de dinheiro do caixa, pois o planejamento das contas a pagar está ligado as suas disponibilidades.

Segundo Neto e Silva (1997 p. 38) explicam que fluxo de caixa, de maneira ampla, “[...] é um processo pelo qual a empresa gera e aplica seus recursos de caixa determinados pelas várias atividades”. Será através do equilíbrio financeiro que as empresas conseguirão manter seus compromissos financeiros, pagar fornecedores, dentro do plano pactuado.

Contudo, o objetivo do fluxo de caixa é mostrar as operações financeiras que são realizadas todos os dias, em especial, no momento da entrada e saída do dinheiro em caixa, facilitando o controle das atividades desenvolvidas no empreendimento para que os recursos sejam aplicados de forma lucrativa. Acompanhar, anotar e comprovar tudo o que acontece na gestão financeira da empresa é uma forma objetiva de controlar, com isso é possível atingir os objetivos do fluxo de caixa (SÁ, 1984).

Zdanowicz (1992, p. 24) afirma que:

O fluxo de caixa tem como objetivo básico, a projeção das entradas e das saídas de recursos financeiros para determinado período, visando prognosticar a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis para a empresa.

O mesmo autor ainda ratifica,

Dentre os mais importantes objetivos do fluxo de caixa podem ser citados: programar os ingressos e os desembolsos de caixa, de forma criteriosa, permitindo determinar o período em que deverá ocorrer carência de recursos e o montante, havendo tempo suficiente para as medidas necessárias; permitir o planejamento dos desembolsos de acordo com as disponibilidades de caixa, evitando-se o acúmulo de compromissos vultosos em época de pouco encaixe; desenvolver o uso eficiente e racional do disponível; verificar a possibilidade de aplicar possíveis excedentes de caixa; participar e integrar todas as atividades da empresa, facilitando assim os controles financeiros (ZDANOWICZ, 1992, p. 38).

Destarte, enfatizado por Neto e Silva (1997, p. 37) que,

Dessa forma, o objetivo fundamental para o gerenciamento do fluxo de caixa é atribuir maior rapidez às entradas de caixa em relação aos desembolsos ou, da mesma forma, otimizar a compatibilização entre a posição financeira da empresa e suas obrigações correntes.

Mas também, o fluxo de caixa tem como objetivo, demonstrar antecipadamente os valores a receber e a pagar, e assim, através dos demonstrativos auxiliarem o microempresário a tomar decisões acertadas para o

equilíbrio financeiro da empresa. Diante disso, pode-se afirmar que o caixa e a sua evolução das diversas formas, é uma ferramenta importante para tomada de decisões.

2.3.5.1 Relevância do fluxo de caixa

É de grande importância a ferramenta, fluxo de caixa, para o microempresário, pois ele permitirá avaliar a capacidade financeira da microempresa de gerar capital necessário para ampliar, implantar ou realocar seu empreendimento (ZDANOWICZ, 1992).

Então, o fluxo de caixa em qualquer empresa, seja qual for o seu tamanho, é indispensável. Através desta ferramenta pode-se antecipar, à distância no tempo, se a microempresa necessitará de empréstimos ou financiamentos para soldar os compromissos, dentre outras informações importantes (SOUSA, 2007).

Segundo Zdanowicz (1992, p. 33),

Toda empresa apresenta, diariamente, um movimento de entradas e de saídas de recursos financeiros. Esse conjunto de ingressos e de desembolsos pode ser resumido ao fluxo de caixa que representa a situação financeira da empresa em cada momento. Com base nos registros dos recebimentos e pagamentos de caixa, a empresa poderá programar as suas necessidades financeiras, bem como aplicar os possíveis excedentes de forma segura e rentável.

Portanto, Sousa (2007, p. 40) afirma que o fluxo de caixa reúne as “[...] informações que permitem o equilíbrio entre as entradas e as saídas de recursos, tratando basicamente do gerenciamento das contas a pagar e das contas a receber e a posição das disponibilidades.” Assim, essa ferramenta tem importância “[...] a curto prazo para atender quaisquer finalidades da microempresa, principalmente, de capital de giro, e a longo prazo para fins de investimento em itens do ativo permanente”.

Outro fator importante é quando a empresa pretende quitar suas dívidas com fornecedores, ela precisa saber se na data do vencimento terá o dinheiro

disponível para saldar o compromisso. Nestes termos, o centro de interesse estará voltado para o disponível, ou seja, os saldos de caixa (ZDANOWICZ, 1992).

Portanto, para reforçar a importância dessa ferramenta, Neto e Silva (1997, p. 37) afirma:

O fluxo de caixa deve haver comprometimento de todos os setores empresariais com os resultados líquidos de caixa, destacando-se: as decisões de compras devem ser tomadas de maneira ajustada com a existência de saldos disponíveis de caixa. Em outras palavras, deve haver preocupação com relação a sincronização dos fluxos de caixa, avaliando-se os prazos concedidos para pagamento das compras com aqueles estabelecidos para recebimento das vendas; políticas de cobrança mais ágeis e eficientes, ao permitirem colocar recursos financeiros mais rapidamente à disposição da empresa, constituem-se em importante reforço de caixa; a área de vendas, junto com a meta de crescimento da atividade comercial, deve manter um controle mais próximo sobre os prazos concedidos e hábitos de pagamentos dos clientes, de maneira a não pressionar negativamente o fluxo de caixa. Em outras palavras, é recomendado que toda decisão envolvendo vendas deve ser tomada somente após uma prévia avaliação de suas implicações sobre os resultados de caixa.

Sendo assim, a utilização do fluxo de caixa tem grande importância nas microempresas, porém, é indispensável quando a falta de liquidez já se encontra numa situação insustentável. Para evitar circunstâncias indesejáveis dentro das microempresas, permitindo sua prosperidade, a utilização gerencial e do fluxo de caixa são essenciais, independente do momento financeiro em que a empresa esteja atravessando.

Também, destaca-se pela fundamental importância no controle da gestão dos negócios, o ciclo operacional e financeiro que demonstra com clareza e objetividade os prazos com que a empresa trabalha. Assim, Tofoli (2008, p. 71), afirma que: “Ciclo Operacional: compreende o período entre a data da compra até o recebimento de cliente. Ciclo Financeiro: também conhecido como Ciclo de caixa é o tempo entre o pagamento a fornecedores e o recebimento das vendas”. Portanto, o microempresário deve saber que é importante para a empresa sempre buscar alternativas que resultem em ciclos financeiros de curta duração, prestando bastante atenção às limitações do mercado e ao setor econômico, na qual esteja inserido. Pois, com ciclos de menor duração, consegue-se o aumento do giro de negócios, possibilitando maiores retornos sobre os investimentos.

Para Silva (2005), fluxo de caixa realizado tem como principal objetivo informar como será o seu fluxo de entradas e saídas de recursos financeiros de um determinado período. Uma boa análise do fluxo de caixa realizado é fundamental para construir um fluxo de caixa projetado, pois o realizado mostra as tendências e serve como base para a projeção futura.

Segundo Tofoli (2008), fluxo de caixa projetado pode ser de curto ou de longo prazo. Em curto prazo, pode identificar as sobras ou falta de recursos da empresa, podendo assim, traçar melhores estratégias. Em longo prazo, além de identificar as sobras ou a falta de recursos, pode também verificar a capacidade da empresa de gerar recursos para se autofinanciar, identificar o capital de giro necessário para o período, e mostrar o quanto a empresa é dependente de capital de terceiro.

Entretanto, Kassai (1999, p. 60), ressalta:

Argumenta-se que a decisão de se avaliarem projetos de investimentos com base nos resultados de caixa, e não no lucro econômico, é devida a uma necessidade econômica, relevando a efetiva capacidade da empresa em remunerar o capital aplicado e reinvestir os benefícios gerados.

2.3.6 Planificação Contábil

Segundo o SEBRAE (2002), a existência desta ferramenta contábil permite ao microempresário a formação de um banco de dados com informações precisa para gerar todos os relatórios e livros contábeis, tais como: Diário, Razão,

Balancete, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, e Análise. Além de outros.

Silva (2008, p. 90) conceitua plano de conta, como: “conjunto de contas, diretrizes e normas que disciplinam as tarefas do setor de Contabilidade, objetivando a uniformização dos registros contábeis”. A composição do plano de contas deve ser considerada modelos padrões de demonstrações contábeis com nomenclaturas para as mais variáveis situações que necessitem contabilização, pois tem a função e o funcionamento das contas com finalidade de homogeneizar o sistema de

escrituração, classificação dos documentos, tratamento e análise dos resultados e dos fatos contábeis (SEBRAE, 2002). Em igual pensamento, diz Silva (2008), que o plano de contas envolve a intitulação, ou seja, o nome de cada conta que apregoará o aspecto qualitativo do patrimônio; e o código que indicará a que grupo ou subgrupo pertence, e se é Ativo (1), Passível exigível (2), Patrimônio líquido (2), ou resultado (receita, despesa ou custo) (3).

Silva (2008), ratifica que cada empresa tem um código, que inicia no grupo e termina na conta propriamente dita, e as empresas devem ordenar seus planos de contas segundo determina a Lei nº 6 404 de 1976, que segue uma ordem decrescente de liquidez do Ativo e uma ordem decrescente de exigível para o passivo.

A definição da Função e do Funcionamento das rubricas do Elenco de Contas é importante para que se possa padronizar a classificação dos fatos contábeis e os relatórios que resultarem da escrituração, assegurando tratamento uniforme, independentemente do profissional que esteja executando os trabalhos.

Assim sendo, podemos observar três características, das contas: 1) Função das Contas: define a finalidade de cada conta. 2) Funcionamento das Contas: define como cada conta deverá ser utilizada quanto à sua movimentação. 3) Saldo de Contas: indica a natureza do saldo de cada conta, se devedor ou credor. Como se pode observar neste tópico, a Função e Funcionamento dizem respeito às contas em nível de operacionalização, ou seja, o elemento a ser debitado ou creditado (SEBRAE, 2002).

Diante disso, Silva (2008, p. 90) afirma que:

As contas do Ativo obedecerão a uma ordem por *grau de liquidez*, isto é, o maior grau estará no Ativo circulante e o menor grau estará no Ativo permanente. A palavra *liquidez* está relacionada com a *facilidade de se movimentar uma conta do Ativo*. Quanto mais rápido pudermos transformá-la em disponível em espécie, ou seja, dinheiro, maior grau de liquidez terá. Nesse caso, no Balanço Patrimonial, as contas que figurarem no Ativo circulante, terão uma maior movimentação, representando um maior grau de liquidez, do que as contas que configurem no Ativo permanente, representando um menor grau de liquidez. As contas do Passivo obedecerão a uma ordem por grau de exigibilidade, isto é, o maior grau estará no Passivo circulante. A palavra *exigibilidade* estará relacionada com o *prazo de pagamento das obrigações ou dívidas*. Quanto menor for o prazo para pagamento da obrigação, mais rápido teremos que pagá-la. Nesse caso, no Balanço Patrimonial, as contas que figurarem no Passivo circulante terão um menor prazo para pagamento, representando um maior grau de exigibilidade, do que as contas que figurarem no Passivo exigível a longo prazo, representando um menor grau de exigibilidade.

A implantação do fluxo de caixa permite à organização uma decisão estratégica, pois o sucesso empresarial está vinculado a um planejamento estratégico da aplicação dos recursos financeiros para alcançar objetivos globais capazes de amenizar riscos e aproveitar oportunidades existentes no ambiente externo. Para Castor (2009, p. 129), “o processo de tomada de decisões estratégicas consiste em identificar, analisar e comparar *diferentes alternativas* para solucionar o problema e afastar as ameaças ou tirar proveito das oportunidades que se apresentam”.

2.3.7 Gestão dos estoques.

Aparentemente, por não terem departamentos específicos, as microempresas não trabalham com controle de estoque e isso pode ser o início do insucesso empresarial, pois acumulam gastos desnecessários e mercadorias sem rotatividade, e perdem competitividade.

Bertaglia (2006) coloca a gestão dos estoques como um elemento imprescindível na agenda dos administradores. Além da implantação de uma gestão de estoques adequada, ela deve ser medida e acompanhada para trazer resultados positivos para a empresa.

Destaca-se que, apenas a gestão do estoque não seja suficiente, para o sucesso empresarial. É preciso que profissionais qualificados execute-o com eficiência. Portanto, Ching (2010), ratifica que a própria definição de gestão de estoques evidencia seus objetivos que são: planejar o estoque, as quantidades de materiais que entram e saem; períodos que aconteçam entradas e saídas; o tempo que decorre entre essas épocas e os pontos de pedido de materiais. Cada vez melhor o planejamento de estoques, menores serão as dificuldades enfrentadas posteriormente, e o acompanhamento frequente de quantidades de entradas e saídas de materiais promove esse eficiente planejamento.

Por isso, que o controle das entradas e saídas de mercadorias através dos registros permitem: “o gerenciamento de estoque é um ramo da administração

de empresas que está relacionado com o planejamento e o controle de estoques de materiais ou produtos que serão utilizados na produção ou na comercialização de bens e serviços” (BERTAGLIA, 2006, p. 330).

Afirma Caxito (2011) que, o fundamental desafio da gestão integrada de estoques está na identificação de seus benefícios e na verificação e gerenciamento de seus níveis, de forma a adequá-los à sua real necessidade. A falta de conhecimento em relação aos benefícios proporcionados à empresa pelo gerenciamento de seus estoques e a dificuldade em definir qual forma mais adequada para se gerir cada tipo de estoque, dificulta a gestão de estoques.

A microempresa, por meio de registros contábeis, deve colocar e manter uma estratégia adequada para administrar o estoque. O acompanhamento diário do estoque será uma estratégia bem aplicada e bem conduzida, além de poder minimizar custos, assegurará o desempenho apropriado dos diferentes processos e funções empresariais.

O controle de estoque adequado à demanda irá diminuir gastos desnecessários, tais como pessoal e de equipamentos para movimentá-lo, conseqüentemente, o custo de armazenagem. Caxito (2011) defende a ideia de que a melhor maneira de diminuir os custos incorridos no estoque é por meio de uma gestão eficiente dos estoques da empresa. A maneira como uma organização administra os seus estoques influencia a sua lucratividade, defende Bertaglia (2006), assim como a forma como compete no mercado. A forma como uma organização gerencia seus estoques pode ser crucial para se manter competitivo no mercado.

Diante disso, Bertaglia (2006) afirma que, existem métodos de revisão periódica de estoques que consistem em uma revisão periódica, fixa e regular dos estoques. Ao final de cada revisão é colocado um novo pedido e é estabelecido com antecedência o tempo entre cada pedido. Exemplos a seguir: a) PEPS – Primeiro que entra, primeiro que sai; este modelo consiste em controlar as fichas de estoque à medida que ocorrem as vendas, o primeiro que entra é o primeiro que sai. Dando baixa nas compras que ocorreram primeiro, ou seja, vendem-se antes as unidades que foram adquiridas primeiramente. Desta forma, os custos mais recentes serão atribuídos às mercadorias estocadas. Afirma Dias (1993), o controle de estoques para produtos estocados de rápido giro deve ser feito por este método, que mantém na saída a ordem cronológica das entradas dos materiais. b) UEPS – Último que

entra primeiro que sai; ao contrário do primeiro modelo (a), este método gerencia as operações de entrada e saída de mercadorias tomando por base a avaliação do estoque pelo valor da última compra. De acordo com Dias (1993), as primeiras unidades a sair do estoque deverão ser as últimas que incorporaram o estoque, ele afirma que este modelo é o mais adequado em períodos inflacionários pelo fato de que os preços dos produtos em estoque são uniformizados para venda. c) MPM - Média Ponderada Móvel: A Média Ponderada Móvel ou Custo Médio é Intermediário entre o Peps e o Ueps, o Critério Preço Médio, que também pode ser denominada de Média Ponderada Móvel, realiza uma média de quantidades e de preços, evitando avaliações defasadas (BASSO, 2011). Este Critério faz a divisão do valor total de aquisição do estoque atual, mais os novos estoques adquiridos, pela quantidade em estoque de determinada mercadoria, possibilitando assim uma apuração média do Lucro Bruto.

A constante gestão de estoques aplicada com eficiência possibilita a redução dos custos totais da empresa. Este controle contribuirá para não deixar faltar produtos para o cliente, não permitirá uma compra maior do que o necessário, auxiliando assim, na redução dos desperdícios e também no controle da validade dos produtos. Além disso, a gestão de estoques permite comparações com períodos anteriores, para entender as modificações no mercado e na economia, ajudando em mudanças de táticas para melhor atender aos clientes.

Destarte, a importância para criar um valor com a gestão dos ativos, pois o acúmulo de ativos que encalham nos estoques, não contribuem para a geração de receitas. Contudo, Castor (2009, p. 87) afirma: “A gestão dos ativos benfeita é um dos elementos estratégicos mais importantes para a criação de valor, pois a lucratividade da empresa e sua capacidade de satisfazer ao grupo de *stakeholders* não pode ser subestimada”.

2.3.8 Operações com mercadorias

Ativos para gerar benefícios econômicos futuros, as mercadorias são bens comprados, chamados de bens de vendas, que serão comercializadas com a

finalidade revenda. Assim, as entidades terão suas receitas com vendas, ou melhor, Resultado com Mercadorias (RCM), que corresponde verificar se houve lucro ou prejuízo nas transações de compra e venda, e deve ser apurado da seguinte forma: $RCM = \text{Receita de Vendas (V)} - (\text{menos}) \text{Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)}$, (NEVES e VICECONTI, 2000).

Segundo Silva (2008), por ser um sistema simplificado, as microempresas utiliza o sistema de inventários periódicos, que é um sistema de avaliação de estoques, usado como forma de controle. Porém, não é um sistema sofisticado sob a visão gerencial, pois não oferece após cada venda das mercadorias o controle do CMV e do RCM. Então, há uma necessidade de uma contagem física no final do exercício.

Para Dias (2010, p. 56),

A ausência de gerenciamento das informações dos custos pode ocasionar tomada de decisões equivocadas, inclusive resultando em redução da vantagem competitiva, decorrente da falta de conhecimento mais aprofundado sobre seus procedimentos, fornecedores, consumidores, produtos, colaboradores e demais circunstâncias que envolvam as atividades da empresa.

A utilização dos métodos de avaliação de estoque é fundamental para o bom entendimento do fluxo de caixa na empresa, por isso, Ludícibus e Marrion (2010, p. 102), descreve que:

Ponto fundamental numa empresa comercial, as operações com mercadorias representam, obviamente, o núcleo da atividade comercial. De um bom sistema de apuração de resultados em operações com mercadorias, bem como dos controles físicos paralelos, depende, em grande parte, o sucesso da empresa.

Segundo Neves e Viceconti (2000), em caso da entidade utilizar-se do inventário periódico, não deverá utilizar-se do inventário permanente, porque ao final do período, quando a contagem física do Estoque final, levará em consideração a entrada da mercadoria correspondente.

2.3.9 Incidência dos impostos na compra e na venda

Nas empresas comerciais existe a incidência de impostos municipais, estaduais e federal. Mas, o que é imposto? Para Marconi e Lakatos (2003, p. 52), “imposto é devido pelo contribuinte, independente de qualquer contraprestação estatal, e destina-se a atender à manutenção das atividades características da administração pública”. O país possui um Sistema Tributário Nacional amparado na Constituição Federal de 1988, que estabelece, apenas, as pessoas jurídicas de direito público interno o poder de instituir os tributos. São elas: a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

Assim, para Marion (2004), toda empresa, qualquer que seja seu porte, deve proceder à organização de seus registros e arquivos, com a finalidade de guardar a memória de suas transações das quais se originam obrigações e direitos que subsistem por muito tempo.

Descreve Borges (1999), nas microempresas, do ramo em materiais para construção, estão obrigadas a recolher e pagar tributos como: ICMS, ISS, IRPJ e outros, na compra e na venda. Tais como:

- a) O ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) é de competência, exclusiva, dos Estados e do Distrito Federal. Diante disso, o imposto incide sobre:
 - I – operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;
 - II – nas prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;
 - III – em situações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;
 - IV – pelo fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;
 - V – por fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.
 - VI – na entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;
 - VII – em serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;
 - VIII – com a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.

Segundo Borges (1999), É preciso destacar que o imposto não acontece sobre:

- I – negociações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;
 - II – durante os negócios e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;
 - III – nos procedimentos interestaduais relativos à energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização;
 - IV – nas transações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;
 - V – durante comercialização das mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar;
 - VI – nas transações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie;
 - VII – em procedimentos decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;
 - VIII – operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário;
 - IX – situações financeiras de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras.
- b) IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica, são contribuintes do Imposto às pessoas jurídicas e as empresas individuais. A tributação do IR aplica-se a todas as empresas e sociedades, registradas ou não.

Padoveze (2010) afirma que, em regra geral, depois da elaboração dos orçamentos de vendas, integram a base de cálculo todos os ganhos e rendimentos de capital, de qualquer que seja a denominação que lhes seja atribuída, independentemente da natureza, da espécie ou da existência de título ou contrato escrito, bastando que decorram de ato ou negócio que, pela sua finalidade, tenha os mesmos efeitos do previsto na norma específica de incidência do imposto.

2.3.10 Escrituração contábil nas microempresas

Conforme o SEBRAE (2002), a escrituração dos fatos contábeis serão conseqüentemente as Demonstrações Contábeis, podemos dizer que não haverá demonstração se não existir a escrituração.

A contabilidade, para registrar suas operações, adota o Método das Partidas Dobradas. Diante disso, Neves e Viceconti (2002), afirma que:

A essência deste método, mundialmente aceito, é que o registro de qualquer operação implica que a um débito em uma ou mais contas deve corresponder um crédito equivalente, em uma ou mais contas, de forma que a soma dos valores debitados seja sempre igual à soma dos valores creditados.

Para o SEBRAE (2002), o conjunto de Leis brasileiras que regulam a atividade comercial das empresas exige que, todo ano, as entidades elaborem um Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício. A legislação do Imposto de Renda, por sua vez, exige o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado apenas das empresas que estejam obrigadas ou optem pela tributação com base no Lucro Real. Para Silva (2008), as Sociedades por Ações, por determinação da Lei no 6.404/76, se estão obrigadas a publicarem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração de Origem e a Aplicação de Recursos e a Demonstração de Lucros e/ou Prejuízos Acumulados, essa última podendo ser substituída pela Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido.

A legislação profissional, emanada do Conselho Federal de Contabilidade, trata do assunto nas Resoluções 685 e 686 do CFC. A primeira aprovou a NBCT 2.7 – Do Balancete e a segunda a NBC T 3 - Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. O CFC acompanha as exigências da Lei das Sociedades por Ações e oferece, com as Normas Brasileiras de Contabilidade, toda a orientação necessária para elaboração dessas demonstrações.

Silva (2008, p. 160), diz:

A empresa, independente, do seu porte ou natureza jurídica, tem de manter a escrituração contábil completa, no Livro Diário, para controlar seu patrimônio e gerenciar adequadamente os seus negócios. Não é utilizada apenas para atender uma necessidade gerencial. A escrituração contábil consta como exigência expressa em diversas legislações.

No caso das microempresas, não obrigadas a publicar seus balanços tem que elaborar, apenas, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, que, no entanto, não atendem a todas as necessidades de informação dos usuários. Assim, é necessário que as demonstrações contábeis e financeiras sejam elaboradas de forma completa, dentro dos critérios da legislação profissional citada, inclusive pelas micro e pequenas empresas optantes pelo SIMPLES ou pelo Lucro Presumido, ainda que a escrituração contábil tenha sido dispensada pela legislação fiscal.

Contudo, Silva (2008, p. 160) ressalta: “as demonstrações contábeis devem ser elaboradas de acordo com a legislação pertinente, com observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileira de Contabilidade”. O mesmo autor, afirma que: a escrituração contábil e a emissão de relatórios, peças, análise e mapas gerenciais e demonstrações contábeis são de atribuições e responsabilidades exclusivas dos contadores, que estejam legalmente habilitados, ou seja, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), e em situação regular.

3 METODOLOGIA

Metodologia é a disciplina instrumental para o cientista social. Alguns se dedicam a ela especificamente e fazem dela um campo próprio de pesquisa. Mas, apesar de instrumental, é condição necessária para a competência científica, porque poucas coisas cristalizam incompetência mais gritante do que a despreocupada metodologia (DEMO, 2009). Diante disso, Marconi e Lakatos (2003) entendem que o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador. A utilização de métodos buscam soluções para problemas, procurando respostas para os questionamentos em destaques, que através de técnicas metodológicas serão alcançadas.

3.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, devido procurar descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nas investigações que procuram determinar relações de causalidade entre fenômenos (SOARES, 2003). A presente pesquisa está definida como descritiva, por se diferenciar compreensão e interpretação dos fatos, pois buscará a informação de uma ideia e conhecimento a partir das amostras de referências encontradas nos dados (MARTINS e THEOPHILO, 2007).

Diante disso, afirma Martins e Theophilo (2007, p. 61): “Trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalística), onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação [...]”.

3.2 Objeto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em microempresas do ramo de atividades em materiais para construção, do bairro Alto da Vitória, da cidade de Poções. Verificou-se a existência de três casas comerciais que apenas comercializavam essas mercadorias.

Os questionários foram aplicados aos microempresários, que inicialmente, apresentaram alguma resistência para responderem as perguntas, porém responderam rapidamente aos questionários, que buscou saber se os microempresários utilizam-se da contabilidade como instrumento de gestão.

A pesquisa busca estimular o senso crítico do microempresário e usuários da contabilidade a conhecer a importância da contabilidade comercial como instrumento fundamental para melhoria no desempenho empresarial, e na busca dos melhores resultados.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Para a coleta de dados foram aplicados questionários com 10 (dez) questões fechadas de múltipla escolha, e com perguntas relacionadas ao problema proposto. De acordo com Gil (2010, p. 102): “por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”.

A utilização deste instrumento é pelo fato deste ser o mais apropriado para esse tipo de pesquisa, por ser possível conseguir grande número de informações em pouco espaço de tempo, também por ser fácil a aplicação, porém sua elaboração não exige normas rígidas, mas defini regras práticas (GIL, 2010)

4 RESULTADO DA ANÁLISE DOS DADOS

Análise dos dados alcançados foi o processo de entender as informações coletadas nas respostas dos questionários aplicados. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 49):

a interpretação exige a comprovação ou refutação das hipóteses. Ambas só podem ocorrer com base nos dados coletados. Deve-se levar em consideração que os dados por, si só nada dizem, é preciso que o cientista os interprete, isto é, seja capaz de expor seu verdadeiro significado e compreender as ilações mais amplas que podem conter.

Diante disso, para os mesmos autores, o procedimento terá a análise minuciosa que irá ressaltar os elementos de um conjunto, alcançar suas possíveis afinidades, ou seja, passar de uma ideia central para um conjunto de ideias mais peculiares, passar à generalização e, finalmente, à crítica. Assim sendo, consiste como necessário a compreensão e decomposição dos elementos essenciais e sua classificação, isto é, verificação dos componentes de um conjunto de suas possíveis relações.

Destarte, Gil (2010, p. 113) em reforça:

Embora todos esses procedimentos só se efetivam após a coleta de dados, convém, pro razões de ordem técnicas ou econômica, que a análise seja minuciosamente planejada antes de serem coletados os dados. Dessa maneira, o pesquisador pode evitar trabalho desnecessário, como, por exemplo, elaborar tabelas que não serão utilizadas, ou, então refazer outras tabelas em virtude de não inclusão de dados importantes.

O pesquisador com intenção de conseguir resultados fidedignos escolheu pessoas que pudessem prestar informações relevantes, para coleta dos dados e levou em consideração algumas variáveis, tais como: pessoa responsável pela empresa; quais perguntas; e forma de coleta de dados, sempre observando suas particularidades.

Por isso, Gil (2010) afirma: “para que os dados da pesquisa sejam livres de erros introduzidos pelos pesquisadores, ou por outras pessoas, é necessário supervisionar rigorosamente equipe coletora de dados”. Ainda mais, que o processo

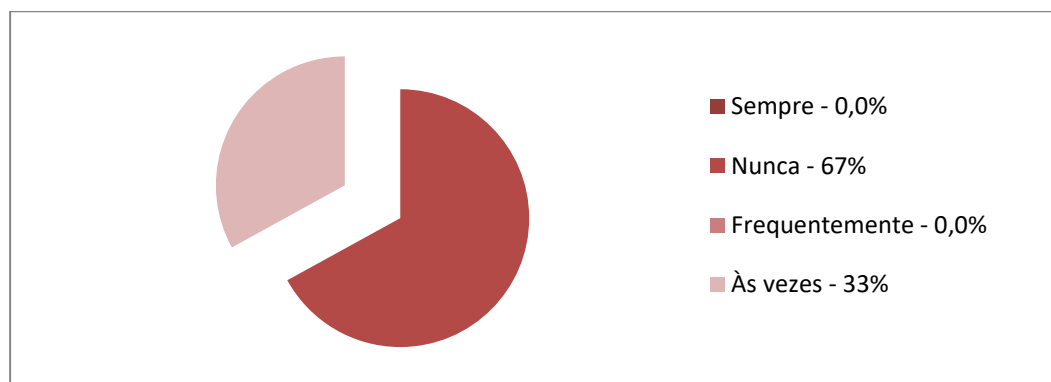
de análise de dados envolve diferentes procedimentos, tais como: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos.

Segue os resultados obtidos através das questões junto aos microempresários, com destaque a seis tópicos de modo a responder os objetivos propostos na pesquisa.

4.1 Utilização das Demonstrações Contábeis para Tomada de Decisão

Neste tópico podemos verificar através do Gráfico 02, que os microempresários não têm a contabilidade como ferramenta essencial para auxiliar a tomada de decisões nas organizações. Nota-se uma baixa utilização das técnicas contábeis para gerenciar os negócios. Diante disso, com base nas respostas, conclui-se que os microempresários não tem conhecimento que a contabilidade pode maximizar os lucros, reduzir custos, e ser utilizada como ferramenta de boas práticas de gestão. E que 67% (sessenta e sete por cento) declararam nunca ter utilizado das demonstrações contábeis para tomada de decisão, e apenas 33% (trinta e três por cento) declararam que às vezes utilizam-se das informações contábeis.

Gráfico 02 - Utilizam-se das informações contábeis para tomada de decisão.

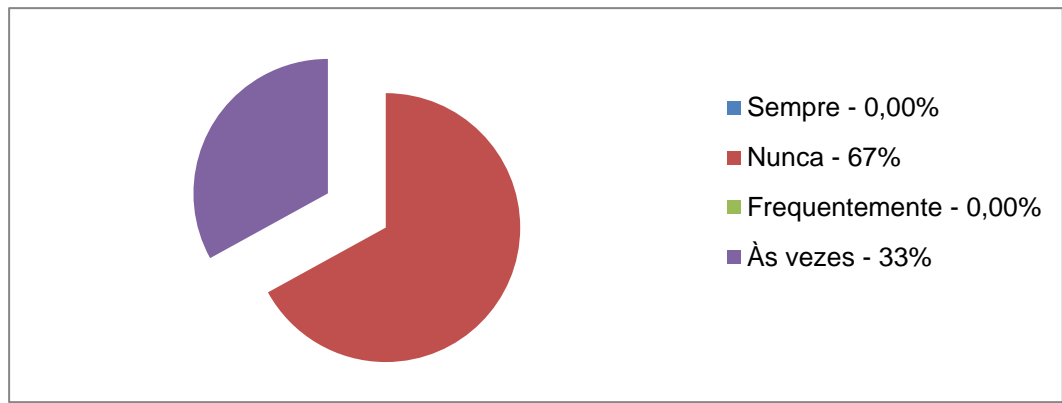


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

4.2 Elaboração do Fluxo de Caixa

Conforme o Gráfico 03, 67% (sessenta e sete por cento) dos microempresários nunca elaboraram o fluxo de caixa da empresa, e 33% (trinta e três por cento) às vezes realizam o fluxo de caixa. Sendo assim, gestores não fazem diagnósticos da situação financeira da empresa e sem projetar futuras despesas, ou ainda, não preveem receitas financeiras.

Gráfico 03 - Elaboram Fluxo de Caixa

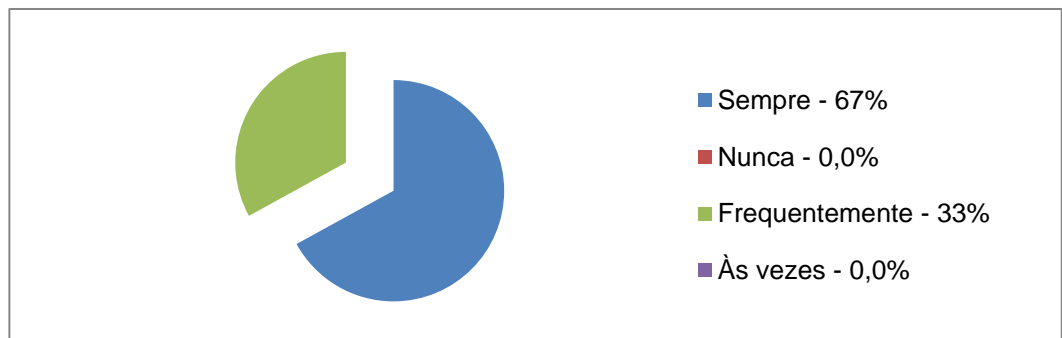


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

4.3 Controle de Estoques

Observando o Gráfico 04, nota-se que 67% (sessenta sete por cento) dos microempresários afirmam sempre fazer o registro de monitoramento para controle de estoque.

Gráfico 04 - Controle de Estoque

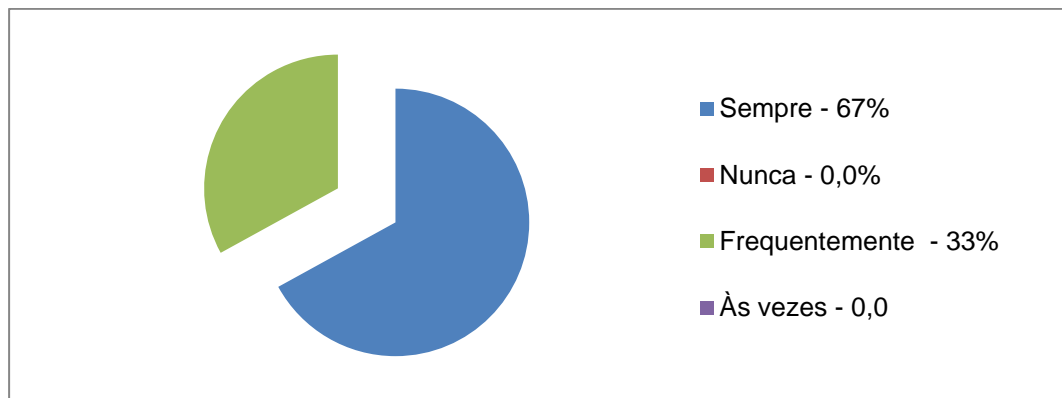


Fonte: Pesquisa de Campo

4.4 Empréstimos e Financiamentos

O Gráfico 05 demonstra que 100% (cem por cento) dos microempresários recorrem a esta modalidade, sendo que 67% (sessenta e sete por cento), dos microempresários declararam sempre recorrer aos empréstimos e financiamentos, e que outros 33% (trinta e três por cento) frequentemente utilizam-se desta modalidade, para atender às suas demandas. Devido à falta de: planejamento, elaboração do fluxo de caixa, não observância das demonstrações contábeis para tomada de decisão, Essa situação gera redução de juros, perda de competitividade e aumenta risco de mortalidade da empresa.

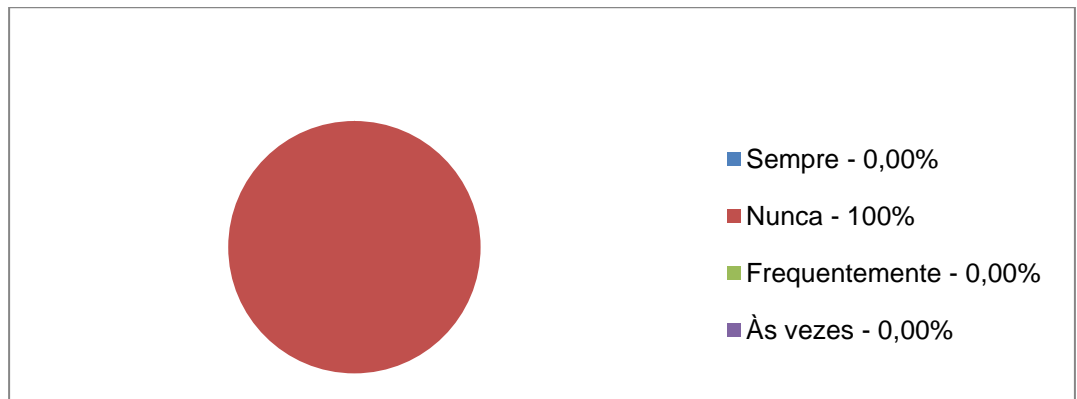
Gráfico 05 - Empréstimos e Financiamentos



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

4.5 Planejamento Tributário

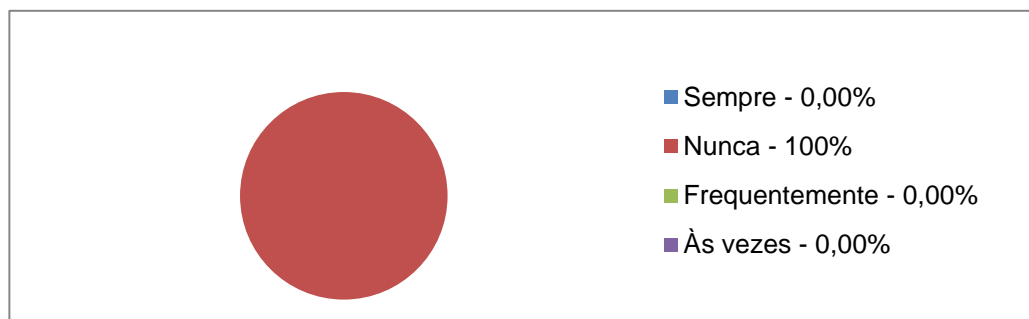
Neste tópico, pode observar claramente, através do Gráfico 06 – que não há um planejamento tributário, e demonstrando mais ainda que as microempresas operam de forma rudimentar, baseando-se na sorte e/ou no ciclo econômico do país. Pois, 100% (cem por cento) dos microempresários declararam nunca ter feito o planejamento tributário, fator que favorece a descontinuidade empresarial.

Gráfico 06 - Fazem Planejamento Tributário.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

4.6 Não procuraram e nem são orientados pelo contador, para auxiliarem na tomada de decisão.

No Gráfico 07, percebe-se a distância entre a contabilidade e o microempresário. A contabilidade, apenas, está sendo utilizada para atender o fisco em questões legais. 100% (cem por cento), dos microempresários afirmaram que nunca procuraram o profissional contábil para que fosse feita a análise das demonstrações contábeis, e que nem esses contadores os procuraram para passar possíveis orientações de como a contabilidade pode ajudar na gestão empresarial.

Gráfico 07 - Não procuraram e nem foram orientados pelo contador, para auxiliar na tomada de decisão.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou responder aos objetivos propostos e examinar uma hipótese, tendo como temática: A Contabilidade como recurso de gestão para tomada de decisão: um enfoque nas microempresas do ramo de Materiais para construção do bairro Alto da Vitória em Poções Bahia.

Diante do estudo, constata-se que os microempresários não utilizam a Contabilidade como ferramenta para auxílio da gestão empresarial, e que as decisões não estão fundamentadas nas análises das demonstrações contábeis, nem nas técnicas de administração. Pois, dentro dos objetivos deste trabalho buscou-se identificar se os microempresários utilizam-se da contabilidade como recurso de gestão para tomada de decisão.

Em princípio, verificou-se o conhecimento em contabilidade comercial, dos proprietários das empresas. Sendo demonstrado que os microempresários não têm conhecimento que a contabilidade comercial pode ser utilizada como recurso de gestão para tomada de decisão, dentro das organizações empresariais.

Constatou-se que os microempresários, na maioria, não elaboram o fluxo de caixa, instrumento de verificação e análise dos negócios. Sendo assim, não tem o controle da movimentação financeira e fica sem subsídios a tomada de decisão, devido desconhecer o melhor ou pior momento financeiro da empresa.

Ficou evidenciado que, os microempresários fazem o controle de estoque, porém a pesquisa não identificou o método utilizado. Sendo um ponto importante, porque um estoque desatualizado permite a perda de vendas ou comprar mais que o necessário. Saber a quantidade mínima é essencial para atender a demanda.

Destaca-se que, as microempresas buscam empréstimos e financiamentos junto às Instituições financeiras, e que isso diminui os lucros e favorece a descontinuidade da Organização. A não elaboração do fluxo de caixa possibilita uma desorganização das finanças, e assim os microempresários não conseguem fazer uma análise das finanças do momento atual e nem projetar-se para o futuro, em situações incomuns e acabam adquirindo empréstimos e financiamentos.

Também, verificou-se que estas microempresas não fazem planejamento tributário, pois poderia, de forma legal, reduzir custos e pagar menos impostos. Nota-se a ausência do profissional contábil junto ao seu cliente, como agente indispensável para orientar as empresas a reduzirem despesas e aumentar os lucros. Muitos desses profissionais contratados pelas empresas não visitam seus clientes, não conhecem a realidade da empresa, e não tem como orientá-los em solução de problemas.

Em suma, verifica-se que as microempresas enxergam a contabilidade, apenas, para sua regularização perante aos requisitos burocráticos junto aos órgãos públicos, e para fazer apuração de valores dos impostos a serem pagos, ao fisco. Ficando evidente o desconhecimento, dos microempresários, do verdadeiro foco contábil, quando ignoram as demonstrações contábeis. Assim, evidenciando um dos principais motivos para que as empresas fechem as portas nos primeiros anos de sua existência: a não utilização da contabilidade como recurso de gestão para tomada de decisão.

Conclui-se que, a Contabilidade é um instrumento de gestão eficaz e indispensável, revelando informações preciosas para o gerenciamento das microempresas, que atualmente enfrentam turbulência no cenário econômico, tais como altas taxas de juros e elevada carga tributária, para manterem-se em atividade e contribuírem economicamente na geração de emprego e renda.

Para finalizar, a pesquisa ressalta conscientizar os interessados no contexto sobre a importância da Contabilidade para as empresas em geral, independente do seu tamanho ou da forma de tributação a que estejam submetidas.

REFERÊNCIAS

BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade Geral Básica**. 4.ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2011.

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento Tributário: IPI, ICMS e ISS: economia de imposto, racionalização de procedimentos fiscais**. 5ª ed. rev. atualizada e ampl. – São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. Lei nº 6.404, DE 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/leis/lei6404.html>>. Acesso em: 4 fevereiro 2018

BRASIL. **Código Civil**, *Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acessado em Fev de 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nos 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Diário Oficial da União 31 jan. 2009. Brasília, DF, Dez 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acessado em março de 2018.

BUFFETT, Mary. CLARK, Dand. **Warren Buffett e a análise de balanço**. Tradução Marcelo Nilo. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Estratégias para a Pequena e Média Empresa**. São Paulo: Atlas, 2009.

CAXITO, Fabiano. **Logística: um enfoque prático**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CFC. **Resolução Nº 685/1990**- Aprova a NBC T 2.7 – Do Balancete. Revogada pela Resolução CFC nº 1330/11, publicada no DOU de 22/03/11. Disponível em:< <http://www.contabeis.com.br/legislacao/3594/resolucao-cfc-685-1999/>> acesso em Jan de 2018.

CFC. **Resolução Nº 686/1990**- Aprova a NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. Revogada pela Resolução CFC 1.283/2010. Disponível em:<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res686.htm>> acesso em Abril de 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. Idalberto, Administração nos novos tempos. – 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 2ª Reimpressão.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada – Supply chain**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de Contabilidade**. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DEGEN, R. J. O. **O empreendedor: fundamento da iniciativa empresarial**. São Paulo: Makron Books, 2005.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria teoria e prática**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, Antônio. Como Elaborar Projeto de Pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Teoria da contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARRION, José Carlos. **Contabilidade Comercial: atualizada conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades-- 6º edição-** São Paulo: Atlas, 2003.

JACINTO, Roque. **Contabilidade geral**. São Paulo: Ática, 1990.

LACOMBE, Francisco José; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração Princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

KASSAI, José Roberto. **Retorno de Investimento: Abordagem Matemática e Contábil do Lucro Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Contabilidade empresarial.** São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Contabilidade básica.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARTINS, G. A.; THEOPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução a Controladoria:** conceitos, sistemas, implementação. São Paulo: Atlas, 1993.

NETO, Alexandre Assaf; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. Vilchez. **Contabilidade de Custos:** um enfoque direto e objetivo. 6. Ed. São Paulo: Frase Editore, 2000.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, Informação e dado** – uma abordagem sequencial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade gerencial.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Controladoria Básica.** 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Comercial Fácil.** 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SÁ, Antônio Lopes de. **Como Administrar Pequenos Negócios.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.

_____. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1998.

SÁ, Carlos Alexandre. **Fluxo de Caixa:** a visão da tesouraria e da controladoria. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SEBRAE. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas**/Daniel Salgueiro da Silva — 5. ed. — Brasília : CFC : SEBRAE, 2002. Disponível em:< <http://www.crcrs.org.br/download-de-livros/>>. Acesso em Fev de 2018.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil.** – Brasília : Sebrae, 2016.

Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>>. Acessado em Fev de 2018.

SILVA, E.C; **Como administrar o fluxo de caixa das empresas:** São Paulo, Atlas, 2005.

SILVA, João Edson da. **Contabilidade Geral.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOARES, Edvaldo. **Metodologia científica**: lógica, epistemologia e normas. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUSA, Antônio de. **Gerência financeira para micro e pequenas empresas**: um manual simplificado. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: SEBRAE, 2007.

TÓFOLI, I. **Administração financeira empresarial**: uma tratativa prática. Campinas: Arte Brasil, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa**. 8. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

_____. **Fluxo de caixa**. 8° Edição- São Paulo: Sagra Luzzatto, 2001.

_____. **Fluxo de caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiros. 5. ed. Porto Alegre: Sagra - D.C. Luzatto, 1992.

APÊNDICE 01 - Questionário

1 – A empresa utiliza-se das informações contábeis para tomada de decisão?

Sempre
Nunca
Frequentemente
Às vezes

2 – A empresa elabora o fluxo de caixa e aproveita-se dos registros para compreensão e análise da saúde financeira empresarial?

Sempre
Nunca
Frequentemente
Às vezes

3 – O gestor/gerente consulta o contador solicitando orientações após análise das demonstrações contábeis, para tomada de decisão?

Sempre
Nunca
Frequentemente
Às vezes

4 – O Contador orienta ao gestor/gerente sobre a forma de tributação e realiza o planejamento tributário?

Sempre
Nunca
Frequentemente
Às vezes

5 – Em relação ao tempo de existência, empresa está em funcionamento há:

5 (cinco) anos;
6 (seis) a 10 (dez) anos;
11 (onze) a 15 (quinze) anos;
16 (dezesesseis) a 20 (vinte) anos.

6 – Qual a quantidade de funcionários com carteira assinada?

1 a 5
6 a 10
11 a 15
16 a 19

7 – O empresário tem algum conhecimento sobre contabilidade comercial?

Tem conhecimento
Tem pouco conhecimento

Tem muito conhecimento
Não tem conhecimento

8 – Para novas aquisições de mercadorias, o gestor/gerente realiza planejamento tributário observando os registros da contabilidade?

Sempre
Nunca
Frequentemente
Às vezes

9 – A empresa busca, em instituições financeiras, empréstimos e/ou financiamentos para atender as demandas mercadológicas?

Sempre
Nunca
Frequentemente
Às vezes

10 – É feito o registro como monitoramento da entrada e saída de mercadorias para controle de estoque?

Sempre
Nunca
Frequentemente
Às vezes